

NOTA

VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

10 a 16 de agosto de 2014



Apoio à ocupação do Isodoro, em Belo Horizonte. Abertura do VII CBG na Arena Vitória, em 10 de agosto de 2014 *(fotografia oficial do evento)*

por Gustavo Teramatsu

O Congresso Brasileiro de Geógrafos, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, ocorre a cada dez anos. Em 2014, ano de sua sétima edição, com o tema “A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos”, teve lugar em Vitória, Espírito Santo, entre os dias 10 e 16 de agosto – domingo a sábado. O VII CBG marcou a comemoração dos 80 anos da AGB, fundada em São Paulo em 17 de setembro de 1934.

Este breve relato é a primeira nota de evento publicada no *Boletim Campineiro de Geografia* e busca compartilhar algumas reflexões sobre o Congresso e sobre a própria AGB, constituindo um registro das atividades que ocorreram durante aquela semana e contribuindo para a memória da associação. O texto descreve e comenta as atividades do congresso e analisa as Reuniões de Gestão Coletiva (RGC). É importante mencionar que os apontamentos deste texto são particulares e não representam a totalidade das ideias dentro da associação, que é fortemente marcada pela pluralidade de ideias.

Por uma semana, a capital capixaba foi tomada por geógrafos

O trabalho de organização de um evento do porte deste congresso começa meses antes de sua realização. Tanto é que alguns delegados que representavam as seções locais da AGB na 119ª RGC já estavam reunidos desde a sexta-feira, 8 de agosto, tomando as últimas decisões para que tudo funcionasse. Por todo o domingo, dia 10, geógrafos e estudantes de Geografia de todo o país foram chegando à capital capixaba em caravanas para o credenciamento no campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

*Não é exagerado
afirmar que naquela
semana os congressistas
estavam por todos os
lugares de Vitória*

Na rede social *Facebook* havia sido criado um grupo de discussão em que os pretensos participantes – mais de dois mil – já trocavam contatos e buscavam hospedagem compartilhada. Os moradores locais davam dicas do que fazer nas horas livres, de como se locomover utilizando transporte público, além de detalhes cotidianos e costumes locais. Sobre isso, alguns deles contavam que em Vitória muitos passageiros não pagam a passagem de ônibus, pois pulam a catraca ou mesmo entram pela porta de saída dos coletivos, o que foi testemunhado por diversos participantes (quando eles mesmos não experimentaram!).

Não é exagerado afirmar que naquela semana os congressistas estavam por todos os lugares de Vitória, ou ainda pelas cidades vizinhas – Vila Velha, principalmente, mas até mesmo em Guarapari. O evento teve 3418 inscritos, sendo 2540 estudantes ou professores da educação básica, 690 associados sem desconto e 188 não associados – um contingente considerável de pessoas, levando em conta que a cidade de Vitória tem cerca de 300 mil habitantes.

Fora do evento, os participantes eram reconhecidos pelo bernal com o caderno de programação do evento e anotações ou pelos diálogos inflamados sobre política e Geografia. Em grupos, dentro dos ônibus, percorrendo as ruas do Centro e

do Jardim da Penha, no Parque da Pedra da Cebola, descansando nos intervalos do evento; à noite, na Rua da Lama, no Triângulo das Bermudas, na Praia do Canto ou na Orla de Camburi, especialmente no Posto 3.

Cabe também caracterizar o público dos encontros da AGB, que, embora multifacetado, é predominantemente jovem. A maioria dos participantes, estudantes de graduação, está tendo seus primeiros contatos com a ciência geográfica. Essa característica, de certa forma, reforça a importância política destes eventos e marca profundamente os próprios encontros, tanto em seu formato quanto no conteúdo das discussões – bem distintos dos chamados “encontros de área”. Isso há muito já vem sendo discutido dentro da própria AGB em suas plenárias, assembleias e reuniões.

“Ratzel morto” no alojamento

Exatamente pela pouca idade de muitos de seus participantes, e pela já conhecida falta de recursos financeiros dos estudantes mais jovens, o alojamento dos eventos da AGB adquire grande importância, o que justifica também a parte considerável do orçamento dedicada ao pagamento de seu aluguel (38% de todos os gastos com o Congresso).

Um detalhe importante na organização deste congresso é que o calendário letivo da UFES e o dos colégios estavam descompassados em decorrência da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, ocorrida no mês anterior, que alterou o ano letivo da educação básica em todo o país¹. Portanto, não foi possível oferecer o alojamento em escolas públicas. No VII CBG, então, serviu como alojamento a Arena Vitória, no Clube Álvares Cabral, em frente à Prefeitura e às margens da Baía de Vitória.

Por um lado, o deslocamento do evento para o mês de agosto trouxe alguns prejuízos, mas a Comissão Organizadora Local pôde assim contar com pleno apoio



1 O artigo 64 da Lei Geral da Copa (12663/12) dizia que “em 2014, os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol”.

institucional da reitoria da UFES, o que garantiu a infraestrutura da universidade para a realização das atividades do evento e o oferecimento de refeições no Restaurante Universitário por apenas R\$1,50.

A abertura do Congresso aconteceu na Arena Vitória, na noite do domingo. Foi feita uma homenagem póstuma a William Rosa Alves, militante da AGB-Belo Horizonte, falecido em 2013. Também aconteceu ali a primeira das atividades culturais, com a Banda de Congo Panela de Barro, de Goiabeiras Velha. O evento teve início com a mesa-redonda “A AGB e a produção científica da Geografia Brasileira”, em que falaram diversos ex-presidentes da entidade – como Dirce Suertagaray, Bernardo Mançano Fernandes, Marísia Buitoni, Alexandrina Luz Conceição, Nelson Rego e Renato Emerson dos Santos – sobre a produção científica dos últimos encontros da AGB. A atividade foi assistida por muitos congressistas, de modo bem informal: alguns dos quais já de pijamas e cobertas, instalados em seus colchonetes; outros, comendo espetinhos com cerveja.

Ao longo da semana, a convivência noturna no alojamento, nas barracas do gramado ao lado da Arena, foi marcada por momentos inusitados, como gritos de “Ratzel morto!”, sabe-se lá o porquê – uma corruptela de um outro grito que corria, não menos curioso, que mencionava um certo “rato morto”. Mas, sem dúvida, o que mais marcou o alojamento do VII CBG foi a água. De duas formas: pelo racionamento imposto pela administração do Clube Álvares Cabral, que comprometeu os banhos dos congressistas e a limpeza do lugar; e pela chuva que começou a cair no meio da semana, durante a noite, e fez com que os estudantes migrassem para o interior do ginásio.

Eixos temáticos e mesas-redondas

O VII CBG teve sete eixos temáticos: 1) No tempo e no espaço: a AGB e a formação política do geógrafo; 2) A Geografia e a educação no Brasil; 3) A ciência geográfica e o diálogo dos saberes; 4) Geografia e movimentos de insurgência e emancipação; 5) Geografias dos grandes projetos territoriais; 6) Espaço urbano, mobilidade e lutas pela apropriação da cidade; 7) Geografia e a questão de gênero. Esses eixos orientaram os temas das vinte mesas-redondas, divididas igualmente nas noites de terça e quarta-feira, o que quer dizer que eram necessários dez auditórios por noite. Por isso, algumas mesas foram deslocadas para o IFES em Maruípe, distante 6 quilômetros da UFES e 2 quilômetros da Arena Vitória, e para a sede social do Clube Álvares Cabral, ao lado do alojamento. Sendo as mesas-redondas um momento importantíssimo do evento de debate e aprendizado, e novamente considerando que boa parte do público é composto por estudantes de graduação, certamente haveria melhor aproveitamento se ao menos três noites

tivessem sido reservadas para essas atividades.

Em todas as mesas havia a figura do *provocador*, que fazia a mediação entre os dois convidados e coordenava o debate com o público, formato que vem se consolidando nos encontros da AGB.

Uma centena de salas de aula

Os Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs) aconteceram simultaneamente, nas manhãs de segunda, terça, quinta e sexta-feira, em mais de cem salas de aula, em diversos edifícios da universidade. Os EDPs consistem no debate de resultados de pesquisas geográficas, mas também de pesquisas em andamento ou ainda “relatos de experiências”. Por se tratar de um formato que privilegia o diálogo e a troca – tanto é que em apenas poucas salas havia projetores para apresentações em *slides* –, não costumam haver restrições aos trabalhos enviados (mais da metade não recebeu parecer), mas, em compensação, o controle da assiduidade é reforçado. Nos EDPs havia monitores voluntários – eles mesmos congressistas – responsáveis pela verificação da frequência dos demais congressistas e pela organização dos debates. Assim, os trabalhos só seriam publicados nos anais se fossem apresentados e se o(s) autor(es) participassem de ao menos três dos quatro dias de debates.

Os 2400 trabalhos encaminhados para apresentação foram organizados de acordo com cinco grandes eixos estruturantes. Cada EDP buscava congrega pesquisadores de temas mais específicos, dentro das temáticas mais amplas. Nos encontros da AGB, há uma procura maior por certos temas da Geografia e, assim, eixos maiores e eixos bem menores. No Congresso de 2014, o primeiro eixo, sobre *pensamento geográfico* (história do pensamento geográfico, epistemologia, método), teve apenas 7 EDPs (6,3%). O segundo, com a temática *natureza/meio ambiente* (Geografia Física), reuniu 16 EDPs (14,4%). O terceiro, *campo/rural* (Geografia Agrária), 20 (18%); o quarto, sobre *educação* (ensino de Geografia), 27 (24,3%); e o quinto, o eixo *cidade/urbano* (Geografia Humana), 41 EDPs (37%)

A teoria e a prática nos Grupos de trabalho

Os grupos de trabalho (GTs) são considerados muito importantes na AGB, já que permitem, por meio do trabalho e das reflexões dos geógrafos – na teoria e na prática –, que a associação responda a diversas demandas da sociedade, estabelecendo parcerias com movimentos sociais e outras instituições;

Articulados nacionalmente, os GTs são temáticos e estão presentes em diversas seções locais. No VII CBG, reuniram-se 18 GTs nas tardes de segunda, terça e quinta-feira. Foram 4 GTs sobre Geografia Agrária (organizados pelas seções da

AGB de Rio de Janeiro, Niterói, Porto Alegre, Aracaju e Catalão), 7 GTs sobre Ensino (seções de Niterói, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, São Luís, Vitória e Catalão), 4 GTs sobre Geografia Urbana (Niterói, Porto Alegre, Campinas, São Luís e Catalão), 1 GT sobre Assuntos Profissionais (AGB São Luís), 1 GT sobre Ambiente (AGB Dourados) e a primeira reunião do GT sobre a questão indígena, formado a partir das seções de Marechal Cândido Rondon, São Paulo e Dourados.

Depois das discussões, os GTs se reuniram no Fórum de GTs, na tarde de sexta, para encaminhar as reflexões para a plenária final. Entre os encaminhamentos e indicativos aprovados, estão: 1) GT Ensino: a ampliação da discussão sobre as implicações da separação dos currículos de licenciatura e de bacharelado nos cursos de graduação em Geografia; a importância do debate de gênero nos GTs de ensino das seções locais; a necessidade de ampliação do diálogo da AGB com o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), nos cursos de graduação; 2) GT Assuntos Profissionais: a necessidade de ampliar a discussão sobre o mercado de trabalho dos geógrafos e os estágios nos cursos de graduação; 3) GT Urbana: a importância da participação das seções locais nos Fóruns das Cidades e em outras instâncias que discutam a reforma urbana; a necessidade de articulação com escolas de nível básico, por meio, por exemplo, de material didático sobre a legislação urbana; a necessidade de aprofundamento do debate sobre os dispositivos jurídicos que regulam a legislação urbana; e a indicação de uma maior articulação do GT em outros eventos, como o Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb); 4) GT Agrária: a necessidade de apoio jurídico e institucional da AGB a associados que se envolvam em casos de conflito; a ampliação da visibilidade dos GTs na seção dedicada ao tema na revista *Terra Livre*; 5) GT Indígena: a aprovação da institucionalização da Articulação Nacional de GTs sobre a questão indígena na AGB.

O marco inicial do Fórum de Editores da AGB

Na noite da terça-feira, aconteceu a mesa-redonda “Periódicos, publicações, encontros: o que nós produzimos revela sobre a geografia que fazemos?”, com os professores Eliseu Sposito, presidente da ANPEGE, e Charles da França Antunes, da Diretoria Executiva Nacional (DEN), que discutiram aspectos gerais da produção científica da Geografia contemporânea, incluindo o crescimento recente do número de periódicos. Essa discussão também vem sendo feita no âmbito da AGB. No horário dedicado à realização dos GTs, aconteceu a primeira reunião do Fórum de Editores de periódicos agebeanos. Com o objetivo de reunir as seções locais da AGB responsáveis por algum periódico e aquelas que pretendiam ter um, a pauta previa fazer um balanço das publicações da AGB, refletir sobre o papel dos periódicos na

produção científica no campo da Geografia, discutir possibilidades de cooperação entre os conselhos editoriais dos periódicos da AGB e propor a criação de um indexador da AGB, a partir do uso de uma plataforma SEER em comum.

A AGB tem longa tradição na publicação de periódicos. A revista Geografia é de 1935

A AGB tem longa tradição na publicação de periódicos. A revista *Geografia* é de 1935. Seguiram-se títulos que marcaram época, como o *Boletim da AGB* e os *Anais da AGB*. Ao longo de seus oitenta anos de existência, diversas publicações foram iniciadas e descontinuadas, por uma série de motivos: o *Boletim Baiano de Geografia*, o *Boletim Paranaense de Geografia* e o *Boletim Mineiro de Geografia* eram publicações de seções regionais. O *Boletim Carioca de Geografia* e o *Boletim Paulista de Geografia*, sob responsabilidade das seções regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram publicações mais longevas. No CBG, inclusive, foi lançado um *dvd* com as edições digitalizadas do *Boletim Carioca*, organizado pelas seções de Niterói e Rio de Janeiro e pelo Centro de Documentação, Informação e Pesquisa sobre o Ensino de Geografia (Cedipe-Geo) da UERJ. Embora o *Boletim Paulista* não seja publicado há alguns anos, deve voltar a ser publicado em breve. A AGB Belo Horizonte também pretende retomar o *Boletim Mineiro*.

Nos anos 1990, surgiram outras publicações vinculadas a seções locais, como a *Revista Paranaense de Geografia*, da AGB Curitiba, que também deve voltar a circular; o *Boletim Amazonense de Geografia*, da AGB Manaus, o *Boletim Fluminense de Geografia*, da AGB Niterói, e a revista *Ciência Geográfica*, da AGB Bauru.

A AGB edita desde 1986 a revista *Terra Livre*, atualmente sob responsabilidade do Coletivo de Publicações da Diretoria Executiva Nacional. No VII CBG, foram lançadas as edições 39 e 40. Destaca-se ainda a existência de periódicos mantidos por seções locais, caso deste *Boletim Campineiro de Geografia*, da AGB-Campinas; do *Caderno Prudentino de Geografia*, da AGB-Presidente Prudente; do *Boletim Gaúcho de Geografia*, da AGB-Porto Alegre; da *Revista Eletrônica da AGB-Três Lagoas*, da seção homônima; e do *Boletim da AGB – Seção Marechal Cândido Rondon* e da revista *Geografia em Questão*, da mesma seção.

Inicialmente, o trabalho deste Fórum é dar visibilidade às publicações da AGB, com a divulgação das revistas no *site* da associação e com a discussão dos periódicos nas reuniões de gestão coletiva de forma sistemática.

As atividades de quarta-feira, 13 de agosto

A quarta-feira foi reservada para os *Espaços de Socialização de Coletivos* (ESCs) e os trabalhos de campo. Por *coletivos* se entende grupos de pesquisa

institucionalizados, mas também movimentos sociais, ambientais, culturais e políticos. Por *socialização* a AGB compreende a divulgação à sociedade de pautas, reflexões e resultados das ações desses movimentos ou grupos de pesquisa. Aconteceram cerca de vinte ESCs simultâneos, sobre temas diversos, como a teoria dos dois circuitos da economia urbana, a climatologia geográfica e a maconha como instrumento de sociabilidade e apropriação do espaço público.

Ao mesmo tempo, quatro dos trabalhos de campo ocorreram no próprio município de Vitória, três na Região Metropolitana de Vitória (Serra e Vila Velha), três no litoral sul do Espírito Santo e os demais em outros municípios: Itarana, Santa Maria de Jetibá, Aracruz, Sapé do Norte e Domingos Martins, no Espírito Santo, e Itueta, Minas Gerais.

Para muitos congressistas, a quarta-feira foi um *day off* para conhecer os pontos turísticos de Vitória e de Vila Velha, como o Convento da Penha, o que contribuiu para que nesse dia a UFES estivesse mais esvaziada.

Sem dúvida, o assunto do dia foi o desastre aéreo ocorrido pela manhã na cidade de Santos que vitimou Eduardo Campos, ex-deputado federal, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia e ex-governador do estado de Pernambuco. Campos era o candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro e viajava do Rio de Janeiro – onde fora entrevistado na noite anterior no Jornal Nacional – ao Guarujá.

O ato público e o luto oficial

Durante a organização do evento, foi decidido que haveria uma manifestação na tarde de quinta-feira pelas ruas de Vitória, que culminaria numa aula pública na Praça dos Namorados. A atividade havia sido pensada em razão das manifestações ocorridas em diversas cidades do Brasil no mês de junho de 2013. Na Reunião de Gestão Coletiva da quinta-feira do Congresso, foi discutida a repercussão que tivera a morte do presidente ocorrida na véspera. Com o luto oficial decretado, inclusive partilhado por muitos movimentos sociais, houve receio de que a manifestação fosse mal vista.

Após discussão na RGC, foi decidido que a manifestação seria mantida, havendo apenas mudança no trajeto. A concentração foi em frente ao Teatro Universitário da UFES. Ao cair da noite, sob uma fina garoa, cerca de cem manifestantes – assim foi noticiado no programa *Espírito Santo no Ar*, da TV Vitória – percorreram três quilômetros, pela Avenida Fernando Ferrari, passando sobre a ponte da Passagem, no Rio Santa Maria, até chegar ao Edifício Vitória, da Petrobras, na Reta da Penha. A reportagem destacou também a participação dos movimentos sociais do campo e da cidade, como os sem-terra, os pequenos

agricultores e o movimento LGBT, e a intenção dos organizadores em levar para as ruas as discussões realizadas durante o Congresso, especialmente aquelas formuladas nos grupos de trabalho.

As assembleias das seções locais e a retomada da AGB-Rio Claro

Na tarde de sexta-feira, as seções locais reuniram seus associados para discutir questões a serem encaminhadas à plenária final, que aconteceria no dia seguinte. Nas assembleias das seções de Campinas, que teve 35 presentes, e de São Paulo, alguns associados demonstraram o desejo de constituir uma seção da AGB em Rio Claro.

A própria AGB-Campinas teve uma história semelhante, no Encontro Nacional de Geógrafos de Campo Grande, em 1986. Do embrião organizado naquele encontro formou-se a pró-AGB-Campinas. A seção local seria fundada três anos mais tarde, em junho de 1989.

Integrantes das duas seções se reuniram em Rio Claro, no campus da Universidade Estadual Paulista, após o Congresso, na noite de 18 de setembro. Na ocasião, discutiu-se o funcionamento da AGB, da DEN e das RGCs, bem como a importância dos estudantes na AGB, a relevância institucional da associação para a Geografia brasileira e a necessidade de resgatar a história da seção de Rio Claro, que funcionara nos anos 1990. A pró-AGB Rio Claro, meses depois do evento, já organiza algumas atividades.

Um balanço do CBG e da AGB nas plenárias

Durante o VII CBG, foram realizadas duas plenárias políticas. A primeira, na segunda-feira, prevista para acontecer no Teatro Universitário, teve a participação prejudicada pois houve queda de energia no campus antes da realização da plenária. Transferida para o auditório do CCJE, teve 50 pessoas presentes. Renato Emerson dos Santos, presidente da AGB, fez um balanço da gestão da DEN entre 2012 e 2014. Ele comentou avanços na atuação da entidade e os problemas financeiros enfrentados durante sua gestão. A segunda plenária, na noite da sexta-feira, quando deveria ter ocorrido um debate entre chapas, foi o momento para avaliação política da AGB. Comentou-se a ausência de inscrições. Cada vez menos os geógrafos acadêmicos têm o tempo necessário para se dedicar a projetos

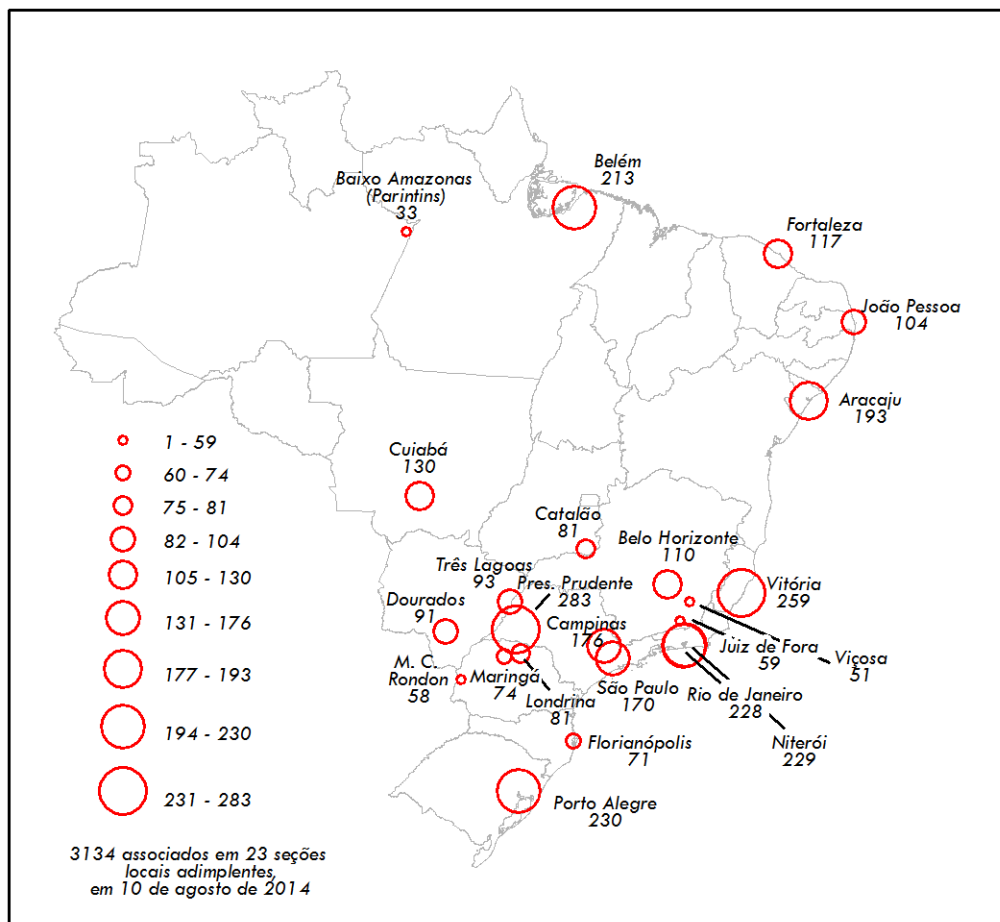
A situação vivida pela entidade – de falta de representação – é cada vez mais comum. (...)

O número de seções ativas (...) é cada vez mais reduzido

alternativos, como a coordenação da AGB. A situação vivida pela entidade – da falta de representação – é cada vez mais comum.

De fato, o número de seções ativas e com participação dentro da AGB é cada vez mais reduzido. 23 seções locais enviaram suas listas de associados para o evento: Aracaju, Baixo Amazonas (Parintins), Belém, Belo Horizonte, Campinas, Catalão, Cuiabá, Dourados, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Juiz de Fora, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Niterói, Porto Alegre, Presidente Prudente, Rio de Janeiro, São Paulo, Três Lagoas, Viçosa e Vitória.

Associados nas seções locais adimplentes da AGB (agosto de 2014)



Na plenária final, realizada durante o último dia do Congresso, foi aprovado que o próximo Encontro Nacional de Geógrafos deverá ter todas as suas mesas-redondas filmadas, e que as gravações serão colocadas na *internet*, para ampliar sua divulgação. Infelizmente, as mesas-redondas do VII CBG não foram registradas em áudio ou vídeo. Também foi aprovado que os trabalhos de campo serão seguidos de atividades pós-campo, para sua discussão e avaliação.

Sobre os EDPs, foi indicado que se discuta de forma mais ampla a proposta

de permitir que os trabalhos apresentados sejam reenviados no prazo de 30 dias depois da realização do encontro, permitindo que os autores incorporem no texto as discussões realizadas durante a apresentação. Contudo, foi rejeitada a proposta da AGB-Campinas de substituir o envio de trabalhos completos por resumos expandidos, de 3 a 5 páginas.

A plenária do CBG também aprovou 29 moções propostas por diversas seções locais e GTs, com diferentes teores. A primeira delas se colocava contra o projeto de terceirização das atividades-fim das instituições públicas (a PEC da Terceirização), que seria de fato discutida na Câmara dos Deputados, em 2015.



Por fim, foi aprovada a candidatura da seção local de Catalão para sediar o VIII Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, a ser realizado em outubro de 2015. Mas não houve candidatura de chapas para a Diretoria Executiva Nacional, nem para sediar o XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, em julho de 2016, tendo sido convocada, portanto, uma assembleia para tratar dessa pendência.

A nova Diretoria Executiva Nacional

A assembleia que elegeu a nova DEN foi realizada em São Paulo, dois meses depois do fim do CBG, no dia 18 de outubro de 2014. Foi eleita a única chapa, composta por Márcio

Cataia (AGB-Campinas – presidente), Nelson Rego (AGB-Porto Alegre – vice-presidente), Natália Freire Bellentani (AGB-São Paulo – 1ª secretária), Thalimar Gonçalves (AGB-Vitória – 2º secretário), Flávio Palhano (AGB-Vitória – 1º tesoureiro), Felipe Ricardo Lopes (AGB-Belo Horizonte – 2º tesoureiro), Renato Emerson dos Santos (AGB-Rio de Janeiro – coordenador de publicações), André Pasti (AGB-Campinas – auxiliar da coordenação de publicações), Lara Schmitt Caccia (AGB-Porto Alegre – comunicação) e Gabriel de Melo Neto (AGB-Catalão) e Luiz Henrique Vieira (AGB-Viçosa) na articulação nacional de GTs. Apenas na 121ª RGC, realizada em Niterói em março de 2015, é que foi aprovada a candidatura de São Luís como sede do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, que terá o tema “A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia”.

O uso seletivo das tecnologias

Algumas reclamações foram recorrentes ao longo do evento. Uma delas se referia ao uso seletivo das tecnologias. O sistema de inscrições no evento e de envio de trabalhos para os EDPs estava totalmente *online*², como já costuma acontecer nos eventos da AGB. O sistema de pagamento das inscrições estava vinculado à ferramenta de *e-commerce* PagSeguro, da UOL (Universo Online), que custou à DEN uma parcela da arrecadação. Os anais eletrônicos também foram disponibilizados totalmente *online*, alguns meses depois do Congresso.

Além disso, pela foi aprovada a primeira participação em mesa-redonda por teleconferência – caso de Gilberto Câmara (INPE), que estava no exterior, na mesa “SIG e cartografias: novas ferramentas e a alienação do fazer geográfico”, num período em que os participantes se comunicavam em tempo real usando *smartphones* e aplicativos como o *Messenger* e o *WhatsApp* – que facilitaram o diálogo da diretoria da AGB-Campinas e seus associados durante o evento.

Mas, até o momento, a AGB ainda resiste a criar um sistema de pagamento eletrônico das anuidades, o que certamente ampliaria sua arrecadação, ou mesmo a criar mecanismos *online* de comunicação além do *e-mail* e da lista *Interseções*. Houve também resistência de parte da organização em utilizar a plataforma digital para a emissão dos certificados, como havia ocorrido no ENG de Belo Horizonte, em 2012. A decisão teve como consequência filas na secretaria durante a sexta-feira do evento. Vale dizer que mesmo meses depois do evento alguns participantes ainda não haviam conseguido seus certificados por conta da estrutura organizacional descentralizada.

O preço das inscrições

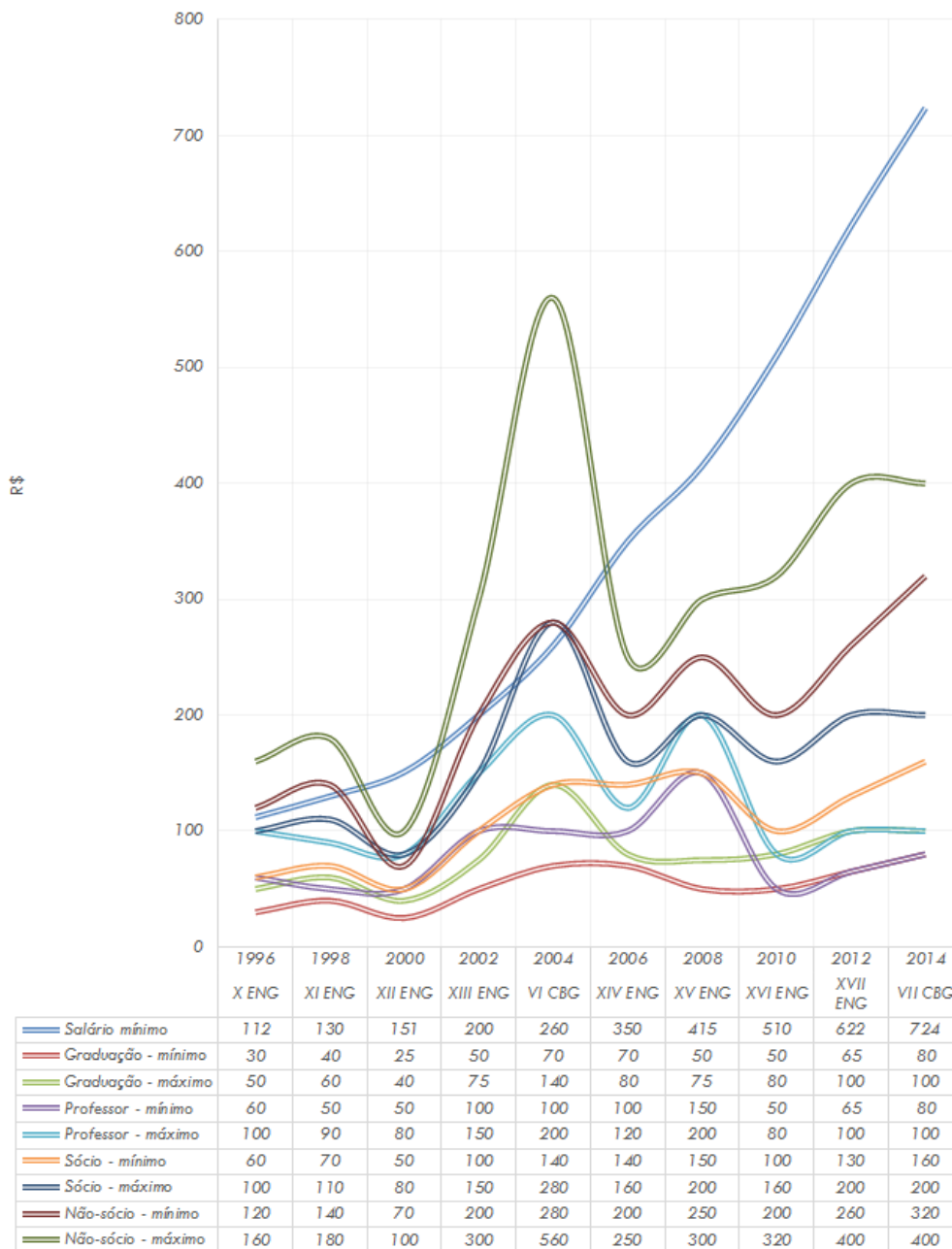
Outra reclamação muito ouvida dizia respeito ao preço das inscrições. No *Facebook*, circulou uma mensagem que dizia que “a inscrição do Congresso Brasileiro de Geógrafos é R\$400,00. Minha bolsa é de R\$400,00”. Para estabelecer os preços das inscrições, os delegados das seções locais e os representantes da Diretoria Executiva Nacional, reunidos na 117ª RGC, levaram em conta a previsão de inscrições (3 mil participantes) e os tetos orçamentários para cada um dos itens — alojamento, material para os congressistas, alimentação, taxas para a universidade, trabalhos de campo, material permanente, passagens e diárias para os convidados de mesas-redondas, além de outros gastos. É interessante notar que os valores da inscrição do VII CBG revelam a preocupação em, ao mesmo tempo, permitir a participação do maior número possível de geógrafos e estudantes de

2 O *site* oficial do evento é o <www.cbg2014.agb.org.br>.

Geografia nos encontros da AGB sem comprometer as finanças da entidade.

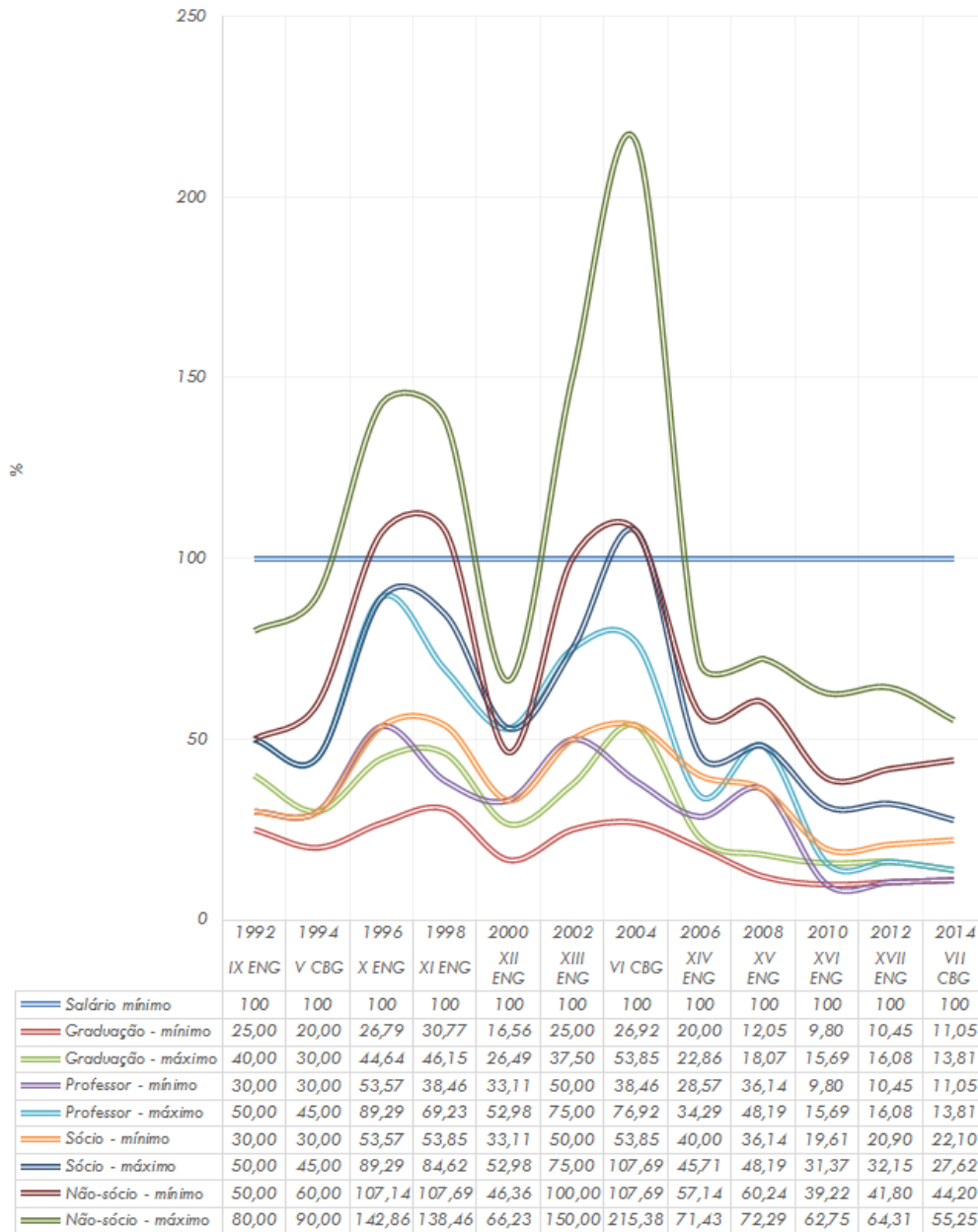
Antes do evento, a AGB-Campinas elaborou os gráficos a seguir, que traçam a evolução dos preços das inscrições dos encontros de 1992 a 2014 e os comparam a um parâmetro comum – o salário-mínimo em reais –, desde 1996. Os gráficos revelam que as inscrições estão menores, o que condiz com o movimento atual de democratização da educação superior no Brasil, bem como com o compromisso da AGB com seus princípios e finalidades, dispostos no artigo 2º de seu estatuto.

EVOLUÇÃO DOS VALORES DE INSCRIÇÃO DOS ENCONTROS DA AGB (1996-2014) (EM R\$)



De fato, o preço das inscrições subiu nos últimos anos; porém o aumento foi menor do que o aumento real do salário-mínimo. Se compararmos os preços das inscrições com o salário, veremos que, em verdade, os preços caem ou se mantêm estáveis, de acordo com as categorias de inscrição.

EVOLUÇÃO DOS VALORES DE INSCRIÇÃO DOS ENCONTROS DA AGB (1992-2014) (EM % DO SALÁRIO MÍNIMO)



Há algumas observações a serem feitas. Neste 22 anos, a maneira como as inscrições são feitas se transformou. Em 1998, as fichas de inscrição eram enviadas

por correio junto com um cheque nominal à AGB. Hoje, as inscrições e o pagamento são feitos totalmente *online*, com as opções de depósito bancário, boleto, débito *online* e parcelamento em até doze vezes no cartão de crédito.

Além disso, em 1992 e 1994, com a instabilidade da moeda, o preço da inscrição era fixado em uma certa porcentagem do salário-mínimo. Também ocorreram mudanças nas categorias de inscrição, que são negociadas pelas diversas seções locais da AGB e não ocorrem ao acaso.

Em 1998, os estudantes de graduação não-sócios recebiam desconto, o que não se repetiu nos anos seguintes. Em 2002, as categorias de inscrição foram apenas para 1) estudantes de graduação sócios da AGB, 2) demais sócios da AGB e 3) não sócios (sem distinção). Em 2004, foi concedido também desconto aos professores da educação básica sócios da entidade. Em 2008, foi concedido desconto aos sócios estudantes de graduação que participariam como ouvintes. Além disso, para aqueles que apresentariam trabalho, o preço da inscrição foi congelado até a data do evento. Contudo, não houve desconto para professores da educação básica. Em 2010, houve desconto para todos os sócios (inclusive profissionais e pós-graduandos), exceto os professores universitários. Em 2012 e 2014, os descontos para estudantes de graduação e professores de educação básica se mantiveram equivalentes, o que revela a vontade política de ampliar o acesso dessas duas categorias aos eventos e às discussões da AGB.

Cabe ressaltar em que em todas as edições dos encontros e dos congressos os graduandos tinham a menor taxa de inscrição. Além disso, o VII CBG cobrou as menores taxas de inscrição máximas, em todas as categorias, em relação ao salário-mínimo, entre todos os encontros da AGB desde 1998.

Percebe-se que os preços das inscrições estão menores. Contudo, nos eventos acadêmicos, é comum os participantes ainda estabeleçam com a comissão organizadora uma relação de consumo, mediada pelo dinheiro, e entendam as atividades do evento como um produto, como mais um serviço prestado.

A comissão organizadora dos encontros da AGB é composta por representantes de diversas seções locais da AGB. Do VII CBG, além da comissão organizadora local, composta pela AGB-Vitória, participaram a Diretoria Executiva Nacional e as seções locais de Aracaju, Belo Horizonte, Campinas, Catalão, Curitiba, Dourados, Florianópolis, Juiz de Fora, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo. Essas e outras seções locais indicaram, ao todo, um coordenador geral e 10 coordenadores de eixos para a comissão científica, que teve por volta de 160 pareceristas, além de cerca de 280 monitores que trabalharam voluntariamente durante o evento. Muitas pessoas, pois, participam da construção coletiva dos encontros da AGB, sem

qualquer tipo de compensação financeira.

Ora, é exatamente o trabalho voluntário que torna os encontros mais baratos. Por isso, uma reclamação baseada na relação entre um consumidor e um prestador de serviços carece de sentido, pois não encontra, do outro lado, alguém que se beneficie do dinheiro.

Ao mesmo tempo, a certificação é cada vez mais necessária – além de obrigatória nos casos de prestações de contas e de participação em processos seletivos e concursos. É responsabilidade da AGB oferecer todos os certificados aos participantes. Aí está a importância da comunicação entre a ouvidoria do evento, a DEN e as seções locais, e do trabalho de cada seção local em esclarecer e encaminhar corretamente as demandas que surgem após os eventos, a fim de solucioná-las de maneira ágil e eficiente.

A maior parte dos participantes dos encontros da AGB simplesmente desconhece o funcionamento da associação

As RGCs e a construção dos encontros da AGB

A maior parte dos participantes dos encontros da AGB simplesmente desconhece o funcionamento da associação e, portanto, o modo como os encontros são organizados. Disso decorre boa parte das reclamações e faz surgir um debate sobre a abrangência e a efetividade do trabalho das seções locais, cujas diretorias deveriam esclarecer seus associados. Sobre isso, dentro da associação, questiona-se a existência das chamadas seções *vaga-lume*, que “mostram seu brilho” apenas nos encontros e não participam de forma ativa dos debates da AGB. Mas, mesmo entre as seções locais com muitos associados e com participação ativa na construção da entidade, é preciso refletir sobre o que significa o evidente esvaziamento dos espaços deliberativos, como as assembleias locais.

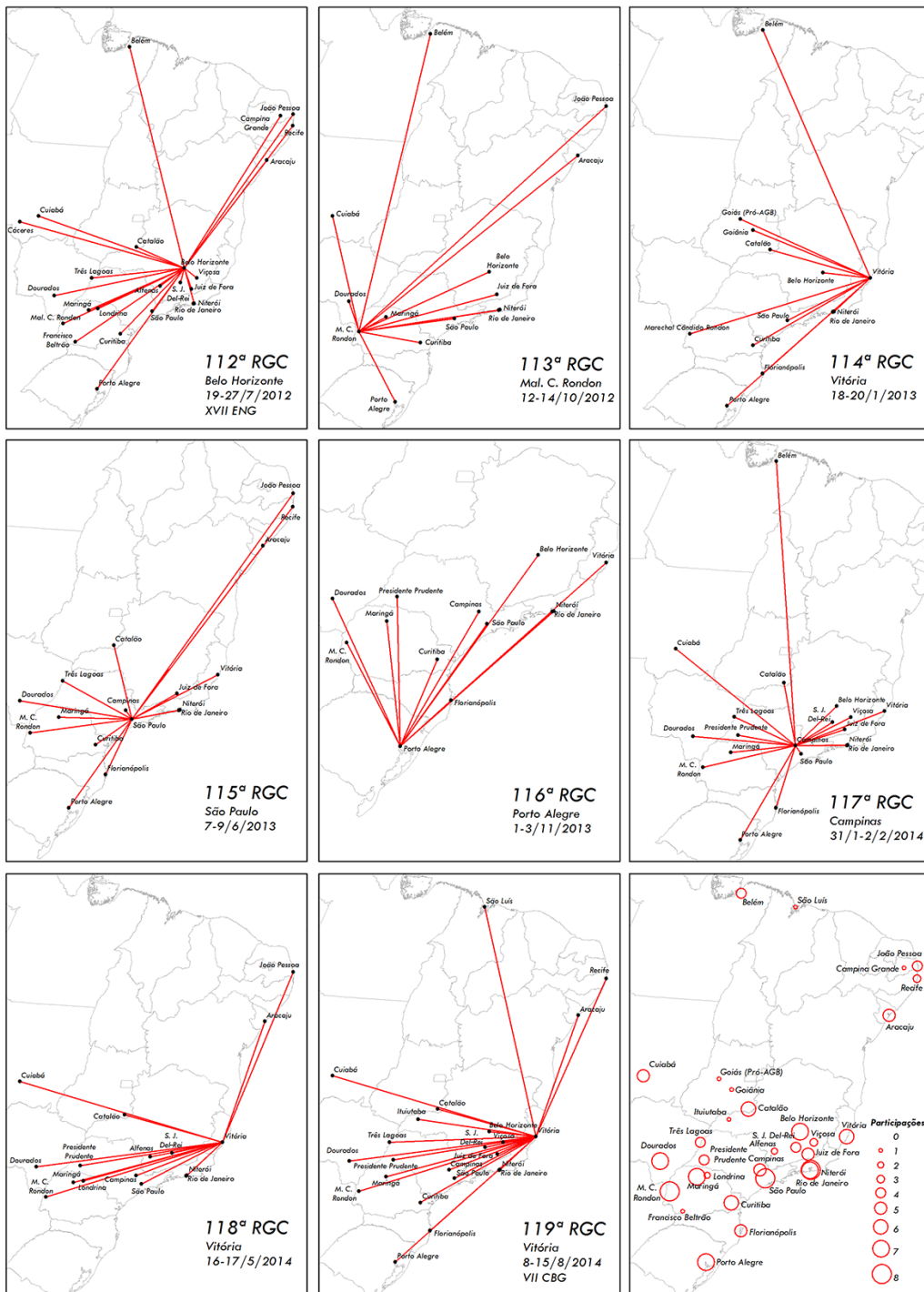
Nesse sentido, a consulta às atas das plenárias e das reuniões de gestão coletiva (RGCs), documentos que constituem o testemunho da coletividade que orienta a associação, é um meio para que os associados tomassem maior contato com a dinâmica da instituição. Algumas seções locais costumam divulgar relatos das RGCs e convocam assembleias para discussão das RGCs, colocando os associados a par das discussões. Essa prática deveria ser disseminada entre as seções, acompanhada de ampla divulgação dos documentos, sobretudo via *internet*.

O mapeamento a seguir revela a participação das diversas seções locais nas recentes reuniões de gestão coletiva, fórum deliberativo da AGB³. Deve-se ressaltar

3 Recomendamos um conhecido texto do geógrafo Ruy Moreira, escrito no início da década de 1990, intitulado “A origem da gestão coletiva”.

que essas reuniões se concentraram espacialmente, como forma de reduzir as despesas com passagens da DEN e das seções locais. Isso porque a própria AGB está concentrada. Esta decisão amplia a participação nas reuniões, mas privilegia as seções locais do Sudeste e do Sul. Basta notar que as últimas reuniões fora deste eixo aconteceram em Recife e João Pessoa, no ano de 2010 (102ª e 105ª RGCs).

Participações das seções locais nas RGCs (setembro/12 a agosto/14)



Cabe notar que as seções de Maringá e Alfenas se institucionalizaram durante a gestão da última DEN. A pró-AGB Cidade de Goiás participou de uma RGC, mas não conseguiu se organizar como seção local até o VII CBG.

Muitas seções também não participaram de reunião alguma: Aquidauana, MT; Araguaína, TO; Baixo Amazonas (em Parintins, AM); Bauru, SP; Campo Grande, MS; Corumbá, MS; Distrito Federal (em Brasília, DF); Fortaleza, CE; Guarabira, PB; Jataí, GO; Manaus, AM; Rio Branco, AC; Uberaba, MG e Uberlândia, MG. Muitas vezes as seções “definham” devido à vacância da diretoria executiva, ou simplesmente não têm um fluxo de caixa que permita enviar delegados regularmente às reuniões. A ausência é, portanto, uma evidência de certa debilidade de uma seção local. As seções de Cáceres, MT, Campina Grande, PB, Francisco Beltrão, PR, Goiânia, GO, Ituiutaba, MG e São Luís, MA participaram de apenas uma reunião. As seções de Alfenas, MG, e Londrina, PR, de duas. As seções de Recife, PE, e Viçosa, MG, de três.

Ao todo, 21 seções participaram de ao menos metade das reuniões. Belém, PA, João Pessoa, PB, Presidente Prudente, SP, São João Del-Rei, MG e Três Lagoas, MS participaram de quatro reuniões. Aracaju, SE, Campinas, SP, Cuiabá, MT, Florianópolis, SC e Juiz de Fora, MG participaram de cinco. As seções mais ativas são as de Catalão, GO, Curitiba, PR e Vitória, ES (seis participações), Belo Horizonte, MG, Dourados, MS, Maringá, PR, Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ (sete participações) e Marechal Cândido Rondon, PR, Niterói, RJ e São Paulo, SP (oito participações). De modo geral, as seções locais mais assíduas e participativas nas reuniões têm um peso maior nas decisões da AGB, tais quais a construção dos encontros e congressos. No início deste relato, dissemos que a AGB é marcada pela pluralidade de ideias. Portanto, as decisões são coletivas, mas nem sempre consensuais, e assim, estão em permanente disputa, sendo necessários o debate, a negociação e o convencimento.

Porém, é consenso que a construção de encontros cada vez melhores, e, ao mesmo tempo, cada vez mais abrangentes, para dar conta da diversidade de perspectivas dentro da Geografia, é um desafio. Para que os encontros se realizem, é preciso que se reúna um número significativo de geógrafos que compreendam a importância do evento como um espaço de formação e de valorização do conhecimento geográfico e, mais, reconheçam a AGB como instituição que os represente. Considerando que todas as etapas da organização de um encontro da AGB passam pelas RGCs, os associados são fundamentais e devem participar desse processo por meio das assembleias das seções locais, que, por sua vez, encaminharão os reclames à RGC, apresentando-os e defendendo-os. Contudo, isto não acontecerá caso não ocorra, antes, um esforço de divulgação das seções locais,

dentro de seu raio de atuação, do trabalho e da importância da AGB, estimulando a participação de mais estudantes e geógrafos.

No atual momento, parece necessária uma renovação na AGB e, por certo, ela virá com os geógrafos mais novos. Mas se deve também sempre aprender com a história e, inclusive, com os erros. Isso a AGB sempre fez e, por isso mesmo, apesar da atual crise de representatividade, consegue ainda congrega muitos geógrafos e constituir uma referência inquestionável para a Geografia Brasileira. Que venha, então, o encontro de São Luís, e que venham ainda muitos outros.

* * *

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>